

Após quatro anos de relativa modorra, entre 1999 e 2003, 2004 parece ter sido o ano de viragem no processo de consciencialização colectiva que há-de conduzir, em Portugal, à concretização dos compromissos assumidos pelo nosso País, juntamente com outros 39, todos do continente europeu, que subscreveram, total ou parcialmente, um conjunto de declarações genericamente conhecidas como “Processo de Bolonha”.

A iniciativa que as Ordens Profissionais concretizaram durante um dia e meio, e que agora chega ao seu fim, trouxe a Coimbra um notável conjunto de personalidades cuja contribuição esclarecida vai permitir dar mais um passo neste caminho, que lamentavelmente eu não pude acompanhar, por falta de disponibilidade de agenda. Falar em último sem ter podido ouvir os outros, sobretudo quando se pretende deixar um conjunto de preocupações que, embora breves, são algo mais do que protocolares, eis o risco do exercício que aqui faço, pedindo desde já a vossa compreensão para qualquer ponto que pareça descabido, porque já abordado ou resolvido em intervenções anteriores.

Tal com resulta da Declaração de Bolonha, entende-se por *1º ciclo*, o primeiro patamar, coerente, de uma formação inicial determinada, eventualmente profissionalizante. Em nenhum lado é dito que o *2º ciclo* é uma segunda parte que completa esse mesmo patamar. Antes, ele é definido como um novo percurso de formação avançada, prosseguida na mesma, ou noutra, área de especialidade.

Neste contexto, a primeira pergunta que se impõe não é, pois, a de saber se o primeiro ciclo deve ter 3, 4, 5 ou 6 anos, mas antes a de saber quais as matérias de ensino que se consideram fundamentais para se atingir uma formação básica de qualidade numa determinada área de conhecimento, questão na qual as Ordens profissionais não podem, aliás, deixar de estar envolvidas de uma forma decisiva. Só depois de obtida resposta a esta pergunta, à qual é igualmente necessário juntar uma profunda reflexão sobre as práticas de aprendizagem mais adequadas à transferência de conhecimentos, se poderá desenhar a geometria do curso.

Penso ter sido prematura a divulgação de uma proposta de geometria do novo sistema, antes mesmo da conclusão do trabalho de casa, para cuja preparação foi nomeado um conjunto de especialistas. Partir ao invés, fixar o continente sem cuidar do conteúdo, definir antecipadamente um padrão no abstracto, apenas servirá como incentivo para disputar a excepção, aliás concedida com generosidade, logo nos primeiros embates da proposta com a vida real.

É preocupante esta incerteza quanto aos princípios metodológicos do trabalho de base que é necessário realizar. Como é preocupante a não inclusão das instituições universitárias e da comunidade universitária na análise e discussão dos projectos do Governo. Trata-se de questões demasiado sérias para serem discutidas e decididas no segredo dos gabinetes. A total transparência de métodos e de intenções é condição *sine qua non* para a mobilização dos universitários, sem a qual nenhuma reforma poderá ter êxito.

Para tanto, é também indispensável e urgente que o Governo esclareça as suas intenções em matéria de financiamento. Enquanto o não fizer, a discussão será permanentemente inquinada por pressupostos de natureza económica, alheios à dimensão estritamente pedagógica e científica que a deveria conduzir e fundamentar. Assim, e porque é dever das instituições universitárias garantir as condições que viabilizem o seu funcionamento no respeito cabal pela qualidade de ensino e de investigação que a Declaração de Bolonha exige a todos os seus parceiros, o Senado da Universidade de Coimbra entendeu comunicar à Senhora Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior a sua aprovação, por unanimidade, de uma proposta de financiamento integral dos dois primeiros ciclos de formação, em todas as áreas do conhecimento - única forma de orientar a reflexão para as reformas que verdadeiramente vão permitir a aproximação aos objectivos de Bolonha.

Uma outra questão que me tem preocupado, porque entendo que os objectivos políticos ambiciosos só estão ao alcance das sociedades que possuem, colectivamente, uma maturidade cultural adequada, é a de saber se estamos preparados para participar na construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior, da Madeira a Helsínquia, de Reikjavíq a Varsóvia ou a Bucareste, nós que ainda não conseguimos sequer construir o Espaço de Ensino Superior do Alto de S. João.

Refiro-me, naturalmente, à necessidade imperiosa de distinguir com clareza entre ensino universitário e ensino politécnico e definir a respectiva missão e vocação institucionais.

No momento presente, os dois tipos de ensino são definidos da seguinte forma (Artigo 11º da Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 115/97 de 19 de Setembro):

...

3 – O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento de capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.

4 – O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividade profissional.

...

Ciência, cultura, técnica, inovação, análise crítica, profissão, em duas combinações diferentes das mesmas palavras.

Enquanto a racionalidade não prevalecer sobre o obscurantismo, aliado natural dos privilégios de grupo, dos interesses locais ou de compromissos eleitorais serôdios, que desta forma se sobrepõem aos interesses da comunidade no seu conjunto, escusamos de pensar que estamos a construir um Estado moderno. Não vale a pena perder tempo a clarificar conceitos

quando, ao mesmo tempo, se dá força a quem, manifestamente, prefere a confusão.

Cito Philippe Busquin, ainda comissário europeu da ciência e da investigação: “Na Europa há lugar para todos, mas nem todos podem fazer as mesmas coisas”.

Será de mais, pedir a quem se diz empenhado na concretização dos objectivos que vão definir o Espaço Europeu de Ensino Superior que contribua, antes de tudo, para atingir esses objectivos em Portugal? Enquanto não fizermos esse exercício interno não mostraremos cultura institucional, não adquiriremos a maturidade e a experiência que nos habilitem a voos mais ousados.

Vou dizê-lo de uma forma mais brutal. Em Coimbra (noutras cidades acontecem coisas equivalentes), numa e noutra vertente de uma mesma colina, o Alto de S. João, existem dois *campus* separados por escassas centenas de metros, nos quais duas instituições públicas de ensino superior leccionam cursos de licenciatura com o mesmo nome e duração. Entre esses cursos homónimos não existe qualquer tipo de mobilidade estudantil, nem de comparabilidade de graus. As avaliações a que são sujeitos são cuidadosamente preparadas de forma a que, levadas a cabo por comissões diferentes, constituídas por pessoas diferentes, que respondem a critérios diversos, não haja, no final do exercício, a mínima hipótese de as comparar entre si.

Dir-se-á: Bolonha vai resolver esse problema. Acredito que sim. Mas para que isso suceda vai ser preciso compreender que o processo de Bolonha não é o mero enunciado de um problema de geometria. Configurar cursos é apenas uma das componentes, seguramente a menos relevante, do enorme desafio para que Bolonha nos convoca. A alteração do paradigma, a definição clara dos objectivos da formação, a avaliação das competências apreendidas em vez de uma contagem mecânica das horas lectivas, a dimensão científica do modelo de formação e a sua implicação em empregabilidade qualificada, a organização de anos lectivos com 40 semanas, eis algumas das questões que deveriam constituir as actuais preocupações dos universitários. A garantia de investimentos em laboratórios e bibliotecas, a definição de diferentes ratios professor/aluno que permitam o desenvolvimento de novas metodologias num ensino exigente e de qualidade, uma palavra definitiva de sossego relativamente às possíveis implicações orçamentais de uma diminuição previsível da escolaridade correspondente ao primeiro ciclo, a avaliação e comparabilidade dos cursos com o mesmo nome, eis o que se deveria exigir ao governo nas actuais circunstâncias.

Sou um fervoroso adepto do Processo de Bolonha. Como elemento-chave para a construção da Europa do conhecimento e também como ferramenta de racionalidade do nosso sistema de ensino superior, que bem precisa. Apenas digo, com uma vontade enorme de que o futuro venha a desfazer estas minhas preocupações que, se não soubermos colocar no centro da nossa agenda, universidades, politécnicos, ordens e associações

profissionais, governo e restantes agentes educativos, as questões substanciais que acima enunciei, enquanto a discussão se resumir ao 3-2-3 ou 4-1-3, tal como a tática do *Mister* num jogo de futebol, nunca o caminho para Bolonha poderá ser mais do que um conjunto de imposições burocrático-administrativas, às quais nos conformaremos apenas superficialmente, retocando a pintura e mexendo o menos possível no essencial.

O lugar que ocupam as melhores Universidades é uma conquista incessante e nunca definitiva. Ou fazemos bem ou desaparecemos como instituição de referência: é esta a dura lei do mercado universitário mundial. E, quer queiramos quer não, a formação, e em particular o ensino superior, tornaram-se o lugar de uma competição implacável. Não podemos continuar a ver partir todos os anos para a América do Norte milhares de investigadores à procura de uma qualificação e de uma exaltação intelectual que julgam não poder receber na Europa. A disparidade dos nossos diplomas e dos nossos *curricula* ergue, entre os países europeus, fronteiras que têm dificultado a **mobilidade** dos nossos estudantes. É urgente aumentar a **comparabilidade** das formações ministradas nos vários Países. Mas é imperioso não cair na armadilha de diminuir a diversidade de sistemas. Não podemos autorizar que à ditadura da língua inglesa se siga a imposição da cultura anglo-saxónica, passo a passo, em todos os aspectos da organização da sociedade. Este é o verdadeiro desafio para que nos convoca a Declaração de Bolonha: a construção de um **Espaço Europeu de Ensino Superior** onde convivam diferentes modelos e diferentes

culturas organizacionais. A cultura única é-me insuportável, porque é totalitária.

Para sistematizar e concluir:

i) O exercício deve começar pela definição dos objectivos de cada curso, do conjunto de matérias consideradas fundamentais à prossecução desses objectivos e das metodologias mais adaptadas à aprendizagem dessas matérias.

ii) Neste processo, devem desempenhar um papel essencial, o conjunto de especialistas nomeados pela Senhora Ministra para o efeito, incorporando nos seus relatórios o sentimento tanto quanto possível alargado e consensual da comunidade universitária e das Ordens e Associações profissionais. Trata-se, em minha opinião, da fase crucial do processo, pelo que lhe deve ser dado o tempo necessário para que o trabalho seja amadurecido e completo.

iii) À partida, um modelo é tão bom ou tão mau como outro qualquer. Na minha opinião, aquilo que, em todo o caso, não deve ser feito, é tentar impor uma solução apenas porque um número significativo de outros países já o adoptou, é tentar transpor mecanicamente o que funciona bem “lá fora”, esquecendo que a chave do êxito dos outros, a única coisa que mereceria ser, de facto, importada – o espírito institucional, a educação, a disciplina e a organização sociais – não pode sê-lo.

Sendo as Ordens Profissionais elementos chave para a resolução do problema, tal como aqui o equacionei, vamos ter que nos manter em contacto. Renovo as minhas felicitações à organização desta iniciativa, porque é importante e oportuna, e agradeço o convite para participar nesta sessão de encerramento e a oportunidade que me deram de usar da palavra. Muito obrigado a todos.